

RELATÓRIO
de Atividades
2017
3º trimestre



C O M P O S I Ç Ã O

Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO

Presidente

Conselheiro IRADIR PIETROSKI

1º Vice-Presidente

Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO

2º Vice-Presidente

Conselheiro ALGIR LORENZON

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro ALEXANDRE POSTAL

Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

Corregedor-Geral

Conselheiro CEZAR MIOLA

Ouvidor

GERALDO COSTA DA CAMINO

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

DANIELA WENDT TONIAZZO

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI

FERNANDA ISMAEL

Adjuntos de Procurador

HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI

CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM

ALEXANDRE MARIOTTI

RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA

ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI

LETÍCIA AYRES RAMOS

Conselheiros Substitutos

CARLOS ALBERTO MACHADO WULFF

Chefe de Gabinete da Presidência

LUIZ ALBERTO ISQUIERDO RESCHKE

Diretor-Geral

CRISTINA ASSMANN

Diretora de Controle e Fiscalização

ANA LÚCIA PEREIRA

Diretora Administrativa



S U M Á R I O

1 - Considerações Iniciais

2 - Presidência

2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

2.2 - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

3.1 - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

4 - Conselheiros Substitutos

5 - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

6 - Corregedoria-Geral

7 - Ouvidoria

8 - Direção-Geral

8.1 - Gabinete

8.2 - Consultoria Técnica

9 - Direção Administrativa

9.1 - Assessoria Administrativa

10 - Atividades de Controle Externo

Direção de Controle e Fiscalização

10.1 - Assessoria Técnica

10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

10.7 - Supervisão de Serviços Processuais - SSP



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 3º TRIMESTRE DE 2017

1 - Considerações Iniciais

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao 3º trimestre do exercício de 2017, peça a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, e que foi elaborada em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Federal; no artigo 72 da Carta Magna Estadual; e no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 1.028/2015.

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados obtidos no 3º trimestre de 2017 estão retratados no presente Relatório de Atividades.

2 - Presidência

2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do trimestre, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu 51 (cinquenta e uma) audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	09
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	23
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	10
Outros	09
TOTAL	51



2.2 - Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu 03 (três) Encontros de Trabalho Administrativo com os Senhores Conselheiros, Auditores Substitutos de Conselheiros e com o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Foram realizadas, também, 04 (quatro) reuniões técnicas com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Presidência, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas pela Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu as seguintes ações de educação no trimestre:

Quantidade	Ações de Educação - Público Interno	Participações
93	Técnicos e Estagiários	998
Quantidade	Ações de Educação - Público Externo	Participações
12	Jurisdicionados	851
9	Sociedade	385
1	Ações de Cooperação	30
22	Total	1266
115	Total Geral	2264
Cursos Livres à Distância oferecidos de forma permanente	Cursos de livre acesso - Público	Pessoa que acessaram os Cursos
41	Técnicos, Jurisdicionados e Sociedade	128



3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

ÓRGÃO	SESSÕES	TIPO DE SESSÃO	PROCESSOS
1ª Câmara	13	Ordinária	215
2ª Câmara	12	Ordinária	324
1ª Câmara Especial	6	Ordinária	124
2ª Câmara Especial	7	Ordinária	152
Câmaras Especiais Reunidas		-	
Tribunal Pleno	12	Ordinária	232
	4	Administrativa	12
	1	Sessão Especial/Extraordinária	0
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS			1059
Suspensões de julgamento e solicitações de vista			85
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			974
PARECERES EMITIDOS			
Parecer Favorável			102
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)			6
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)			0
Parecer Desfavorável			0
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)			5
JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GESTÃO			
Julgamento pela Regularidade de Contas			269
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas			199
Julgamento pela Irregularidade de Contas			21



3.1 - Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiro, no decorrer do trimestre.

PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
TRIBUNAL PLENO															
Administrativo	0	0	6	2	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	12
Agravo	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Análise da Evolução Patrimonial de Agente Público	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria de atos derivados de pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria Operacional	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Consulta	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	4
Embargos de Declaração	0	6	1	4	1	5	7	1	1	2	2	0	2	3	35
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Matéria Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MPC – Representação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de Orientação Técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de Revisão	0	0	0	0	0	2	4	1	0	0	0	0	0	0	7
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2



Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas de Gestão	1	1	0	0	5	4	0	0	2	0	0	1	0	2	16
Proposta de Súmula	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recurso de Embargos	10	13	0	11	10	19	16	5	0	2	3	1	0	4	94
Recurso de Reconsideração	4	1	0	1	1	3	2	0	0	0	3	0	0	0	15
Solicitação de Vista	4	6	0	0	5	9	5	1	0	1	2	1	0	2	36
Suspensão de Julgamento	3	0	1	2	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	11
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Uniformização de Jurisprudência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO TRIBUNAL PLENO	25	29	8	22	25	47	41	9	5	6	10	4	2	11	244

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
1ª CÂMARA															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	11	7	0	18	0	0	0	8	0	0	11	1	0	2	58
Admissão	8	8	0	10	0	0	0	0	1	0	3	1	0	0	31
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Inspeção Especial	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Inspeção Extraordinária	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atos Derivados de Pessoal	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	6



Auditoria Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo de Contas de Governo	9	7	0	7	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	26
Processo de Contas de Gestão	14	11	0	11	0	0	0	4	0	0	4	0	1	3	48
Representação do MPC	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Denúncia	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Solicitação de Vista	5	7	0	3	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	19
Suspensão de Julgamento	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL DA 1ª CÂMARA	57	45	0	60	0	0	0	15	7	0	22	3	1	5	215
2ª CÂMARA	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	21	15	23	0	2	4	0	0	0	0	65
Admissão	0	0	0	0	17	6	19	0	1	1	0	0	0	0	44
Auditoria Ordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Medida Cautelar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atos Derivados de Pessoal	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Inspeção Especial	0	0	0	0	5	1	3	0	0	0	0	0	0	0	9
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	2	5	1	0	0	0	0	0	0	0	8
Processo de Contas	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	32	32	14	0	0	1	0	0	0	0	79
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	27	33	16	0	1	1	3	0	2	0	83
Solicitação de Vista	0	0	0	0	2	4	1	0	0	0	0	0	0	0	7



Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3
Representação do MPC	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	4
Transferência para a Reserva	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Denúncia	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL DA 2ª CÂMARA	0	0	0	0	114	105	87	0	4	7	3	0	3	0	323

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS ESPECIAIS

TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
1ª CÂMARA ESPECIAL															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	42	40	0	1	0	0	35	118
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspecção Especial	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Inspecção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DA 1ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	45	40	0	2	0	0	37	124
2ª CÂMARA ESPECIAL	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56	39	3	48	0	146
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DA 2ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	57	39	6	50	0	152

Conselheiros:

1. Algir Lorenzon
2. Cezar Miola
3. Marco Antonio Lopes Peixoto
4. Iradir Pietroski
5. Alexandre Postal
6. Estilac Martins Rodrigues Xavier
7. Pedro Henrique Poli de Figueiredo

Audidores Substitutos de Conselheiro:

- A. Heloisa Tripoli Goulart Piccinini
- B. Cesar Viterbo Matos Santolim
- C. Alexandre Mariotti
- D. Renato Luís Bordin de Azeredo
- E. Daniela Zago Gonçalves de Cunda
- F. Ana Cristina Warpechowski
- G. Letícia Ayres Ramos



4 - Conselheiros Substitutos

Participações nas Sessões	
Tribunal Pleno	61
1ª Câmara	25
2ª Câmara	17
Primeira Câmara Especial	19
Segunda Câmara Especial	23

Substituições a Conselheiros nos Gabinetes		
Conselheiro Substituto	Conselheiro	Período
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Cezar Miola	03 e 21 a 25-08 e 21 a 29-09
	Coordenação da Auditoria	29 a 31-08
Cesar Santolim	Alexandre Postal	21-07 a 04-08
	Algir Lorenzon	10 a 13-08
	Coordenação da Auditoria	15 a 25-08
	Iradir Pietroski	26 a 29-09
Alexandre Mariotti	Coordenação da Auditoria	17 a 23-07 e 08 a 11-08
	Pedro Figueiredo	26 a 29-09
Renato Luís Bordin de Azeredo	Cezar Miola	11 a 12-07
	Coordenação da Auditoria	24 a 30-07
	Algir Lorenzon	08 a 09, 14 a 16-08 e 13 a 24-09
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Algir Lorenzon	25 a 30-09
Ana Cristina Moraes Warpechowski	Pedro Figueiredo	12-07
Letícia Ayres Ramos	Algir Lorenzon	03 a 04-08
	Cezar Miola	10 a 11-08 e 11 a 15-09



5 - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no trimestre:

PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR	
Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras	
Tribunal Pleno	
Ordinárias	12
Extraordinárias/Especiais	01
Câmaras Especiais Reunidas – 1ª Câmara – 2ª Câmara	
	38
Participação nas Sessões Administrativas	04

Atividade processual	
Pareceres emitidos	2.971
Promoções exaradas	66
Representações encaminhadas à Presidência	05
Encaminhamento de matéria ao Ministério Público	06
Recursos interpostos pelo MPC	07
Informações Técnicas	37



6 - Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correção permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 20 do RITCE, no decorrer do período, em cumprimento ao Plano Anual de Correições Ordinárias - 2017, realizou correições nos Serviços Regionais de Auditoria de Frederico Westphalen - SRFW, Santo Ângelo - SRSA e Santa Cruz do Sul- SRSC, bem como foi dado início à correição da Supervisão de Orçamento e Finanças - SOF. Emitiu relatório gerencial bimestral (agosto) encaminhado aos Gabinetes de Conselheiros e Conselheiros Substitutos, discriminando, respectivamente, as suas cargas de processos. Três servidores da Corregedoria participaram dos Encontros Nacionais do IRB – Região Sul, em Florianópolis/SC, que teve como tema Corregedoria e Ouvidoria, realizado nos dias 17 e 18/08/2017, no Auditório do TCE-SC. Determinou o sorteio dos integrantes da Comissão Permanente de Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar, para atuarem na Comissão Processante relativa ao Processo de PAD nº 12158-0200/17-4.

O quadro abaixo demonstra a situação dos processos no trimestre de 1º de julho a 30 de setembro de 2017:

ESTOQUE DE PROCESSOS	1º-07	30-09
Gabinete da Presidência	198	255
Gabinete do Conselheiro Alexandre Postal	149	57
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	155	150
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	165	169
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	174	192
Gabinete do Conselheiro Iradir Pietroski	197	334
Gabinete do Conselheiro Pedro Figueiredo	195	138
Gabinete do Conselheiro Substituto Alexandre Mariotti	36	6
Gabinete da Conselheira Substituta Ana Warpechowski	40	25
Gabinete do Conselheiro Substituto Cesar Santolim	44	30
Gabinete da Conselheira Substituta Daniela Zago	28	25
Gabinete da Conselheira Substituta Heloisa Piccinini	38	10
Gabinete da Conselheira Substituta Letícia Ramos	24	16
Gabinete do Conselheiro Substituto Renato Azeredo	37	42



ESTOQUE DE PROCESSOS	1º-07	30-09
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI	18.875	20.333
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE	222	209
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	2.106	1.950
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	1.436	1.555
Supervisão de Serviços Processuais - SSP	11.964	10.957
Secretaria das Sessões - SS	245	156
TOTAL	36.328	36.609

Fonte: CIP0085

7 – Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu 2.761 demandas no 3º trimestre de 2017. Desse total, 62% já foram arquivadas, totalizando 1.693 demandas, conforme distribuição no quadro abaixo:

Arquivada - Ouvidoria	692
Arquivada - Faltam Informações Complementares	508
Arquivada – Não confirmada pela UCCI	154
Arquivada - Matéria Já Cadastrada	147
Arquivada - Não é competência do TCE	46
Arquivada – Confirmada pela UCCI	57
Arquivada - DOC Não Aproveitado	10
Arquivada - Consulta	31
Arquivada – Não Apontada em Relatório de Auditoria	40
Arquivada - Apontada em Relatório de Auditoria	8
Total	1.693

O Portal TCE-RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com 98% do total. As Denúncias que se referem à área de pessoal, 45%, licitações, 15%, foram os temas que concentraram a maior frequência nesse terceiro trimestre. Na avaliação de 32,72% dos demandantes da Ouvidoria, o encaminhamento das demandas situou-se entre os conceitos ótimo e bom. Com relação à resposta dada aos demandantes pela Casa, ficou em 25,45% entre os mesmos conceitos.



8 - Direção-Geral

8.1 - Gabinete

Na Direção-Geral tramitam os processos relativos aos termos de cooperação e ajustes análogos celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado com instituições públicas e privadas, os quais alcançaram o número de 09 (nove) expedientes no trimestre.

No TCE-RS compete ao Diretor Geral, em primeira instância, analisar e deferir pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011). Nesse sentido, vale registrar que as normativas que regulamentam a matéria no âmbito interno são as Resoluções nºs 1.016, de 15-09-2014, 1.046, de 05-08-2015 e a Instrução Normativa nº 05, de 24-05-2013.

Durante o trimestre foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao atendimento de pedidos formulados com base na Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011:

TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS COM BASE NA LAI	
Número de pedidos recebidos	105
Pedidos em que o acesso foi deferido	64
Pedidos em que o acesso foi parcialmente deferido	02
Pedidos em que o acesso foi indeferido	25
Pedidos em que houve desistência do solicitante	02
Em análise*	10
Aguardando informações complementares	01

*Dentro do prazo previsto no art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011.

TIPOS DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS	
Consultas*	00
Dados de Jurisdicionados	08
Dados disponíveis em outros órgãos	11
Dados internos	15
Dados sobre denúncias	06
Processos de Fiscalização	53
Concursos do TCE/RS	01
Concursos de Jurisdicionados	00
Outros	11

* No caso de pedidos de acesso que consistam em "Consulta", o solicitante é orientado a se dirigir à Consultoria Técnica.



TIPOS DE SOLICITANTES	
Agente Político	04
Estudante	25
Jornalista	01
Membro do Controle Interno	03
Não informado	02
Outros	50
Representante de Instituição	04
Servidor Público	16

8.2 - Consultoria Técnica

Informações e Pareceres por escrito

Saldo em 01-07-2017	11
Expedientes recebidos	49
Expedientes expedidos	45
Saldo em 30-09-2017	15

Observação: Os Expedientes nºs 4112-02.00/11-0, 5079-02.00/12-7 e 1647-02.00/14-2 estão em caráter permanente na Consultoria Técnica.

Consultas Diversas

Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	436
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	32
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	840
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	13
Consultas realizadas por setores do TCE	53
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	24
Processo (Informação)	07
Pareceres CT (Individuais e Coletivos)	04
Pareceres Jurídicos (em Licitação)	34
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na Internet – Fale Conosco	171
Consultas por e-mail	01
Notas Técnicas	01
Demandas da Ouvidoria	-
Atendimento a Regionais	17
TOTAL	1633



Demais Atividades Desenvolvidas pela Consultoria Técnica:

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 1.028/2015 – Regimento Interno do TCE/RS;
2. Atualização e consolidação dos Indicadores Econômicos;
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria;
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no sítio institucional do TCE-RS na Internet, no espaço da Consultoria Técnica;
5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na homepage, acessada por meio do endereço eletrônico www.tce.rs.gov.br, nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004;
6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;
7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.

9 - Direção Administrativa

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.



9.1 - Assessoria Administrativa

Em consonância com o Padrão Gerencial PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no trimestre:

Informações Técnicas	22
Projetos de Instrução Normativa	01
Projetos de Instrução Normativa oriundos da DA	01
Projetos de Resolução	06
Projetos de Resolução oriundos da DA	03
Projetos de Lei	-
Projetos de Lei oriundos da DA	02
Ofícios DA-GAB	17
Despachos DA-GAB	188
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11	0
Demandas oriundas de Reclamatórias Trabalhistas	04
Participação em comissões/grupos de trabalho	03
Participação em reuniões/palestras/cursos	04
Circulares da Coordenação-Geral	02
Informações da Coordenação-Geral	02

10 - Atividades de Controle Externo

Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria Técnica (AT), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM) e a Supervisão de Serviços Processuais (SSP). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no trimestre.

10.1 - Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica exerce, entre outras, as seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do



Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões constituídos no âmbito da DCF e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação e atuar na consolidação e implantação de metodologia de tratamento das demandas cadastradas pela Ouvidoria em conjunto com as Unidades Centrais do Controle Interno dos jurisdicionados por meio do Portal "Espaço do Controle Interno".

No decorrer do trimestre, a AT obteve os seguintes resultados:

Elaboração de Estudos	01
Elaboração de Informações Técnicas	34
Participação em Auditorias e Inspeções	-
Participação em Comissões/Grupos de Trabalho	06
Proposição de Projetos de Resolução e de Instrução Normativa relativos a matérias afetas ao controle externo	01
Atividades de Representação	15
Atividades de Capacitação Técnica	06
Atendimento de Demandas Externas	25
Reuniões com Jurisdicionados	09

10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014, tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apoiam as auditorias das esferas estadual e municipal. Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).



Destaca-se, a seguir, os resultados alcançados com os atendimentos técnicos realizados:

ATENDIMENTOS TÉCNICOS	
Atendimentos do SIAPC	86
Atendimentos a Serviços de Auditoria (subsídios à auditoria)	31
Atendimentos a outros setores da casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	29
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação (incluindo BI-Auditoria)	25
Atendimentos e consultas de órgãos parceiros	4
Elaboração de informações (subsídios à auditoria)	17
Atividades de representação (Rede de Controle, Rede InfoContas e ENCCLA)	8
Participação em Auditorias e Inspeções	1
Palestras em eventos e treinamentos internos (horas-auditor)	5
Participação em Grupos de Trabalho (grupo x auditor)	3

10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações é composta pelo Serviço de Inativações e Pensões da Área Municipal (SIPAM), Serviço de Inativações e Pensões da Área Estadual (SIPAE) e pelo Serviço de Admissões Estaduais e Municipais (SAEM).

A SAPI, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

ASSUNTO	PROCESSOS
Inativações e Pensões	
Inativação	3.049
Transferência para Reserva	569
Reforma	66
Complementação de Proventos	212
Revisão de Proventos	61
Pensão	83
Revisão de Pensão	--
Complementação de Pensão	02
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif.	--
TOTAL	4.042



Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	
TOTAL	105
Recurso de Embargos	19
Recurso de Reconsideração	--
Embargos Declaratórios	--
Agravo Regimental	--
Pedido de Revisão	--
TOTAL	19
TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS	4.166

Fonte: CIP0099

10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviços de Auditoria Estadual I, II e III, Serviço de Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG e Serviço de Instrução Estadual - SIES.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

ASSUNTO	
Processo de Contas (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	84
Inspeção Especial/ Inspeção Extraordinária (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	14
Tomada de Contas Especial - SIES	05
Recurso de Reconsideração e Pedido de Revisão - SIES	08
Recurso de Reconsideração, Contas de Governo - SAIPAG	2
Auditorias Operacionais, Informações - SAIPAG	2
Auditorias de Projetos Cofinanciados por Organismos Internacionais - SAIPAG	1
Instruções Técnicas de Contas de Gestão Fiscal - SAIPAG	1
Instruções Técnicas de Contas de Governo - SAIPAG	6
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - I	26



Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - II	42
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - III	31
TOTAL	222

10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM é constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão-SAG, tendo desenvolvido as seguintes atividades no trimestre:

Tipo de Processo – Atividade	Quantidades
Relatório Geral de Contas de Governo e Contas de Gestão	372
Análise de Esclarecimentos de Contas de Governo e Contas de Gestão	176
Instrução Técnica de Inspeções Especiais, de Inspeções Extraordinárias, de Denúncias, de Tomada de Contas Especiais, de Infrações Administrativas e de Representações do Ministério Público junto ao TCE-RS.	56
Instrução Técnica de Recursos	124
Instrução Técnica de Gestão Fiscal, de Certidões e Retificações de Certidões.	762
TOTAL DE RELATÓRIOS, ANÁLISES DE ESCLARECIMENTOS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS NO TRIMESTRE.	1490

10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre, pelos Serviços de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, por nove Serviços Regionais de Auditoria e pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria, relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária, alcançaram os seguintes resultados no trimestre:



SERVIÇOS DE AUDITORIA	AUDITORIAS, INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS
SPA - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	5
SRPA I - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre	68
SRPA II - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre	44
SRCS - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	95
SREC - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	72
SRFW - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	94
SRPF - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	120
SRPL - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	91
SRSA - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	118
SRSC - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	96
SRSL - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	61
SRSM - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	90
TOTAL	954

Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

Serviços Regionais	ATENDIMENTOS TÉCNICOS		
	Telefônicos	Pessoais	TOTAL
SRCS	02	03	05
SREC	82	31	113
SRFW	04	10	14
SRPF	33	08	41
SRPL	57	13	70
SRSA	13	36	49
SRSC	11	09	20
SRSL	21	04	25
SRSM	41	20	61
TOTAL	264	134	398



10.7 - Supervisão de Serviços Processuais - SSP

A Supervisão de Serviços Processuais tem por objetivo principal a racionalização dos fluxos administrativos, para conferir maior celeridade e eficiência ao trâmite processual, relevante aspecto de apoio operacional prestado aos Magistrados na consecução de suas atividades jurisdicionais. A organização da Supervisão obedece ao critério da etapa da tramitação processual, considerando seu início, meio e fim, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC, Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC e o Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões - SEADE.

O Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC apresentou, no trimestre, os resultados a seguir.

Atendimentos aos jurisdicionados e demais interessados, prestados pelo Setor de Atendimento Processual - SATE:

Atendimentos			
Telefônicos	Portal (SAS)	Presencial	Total
3.671	857	127	4.655

Movimentações de processos/documentos no âmbito dos setores de Protocolização e Expedição - SPE e Autuação de Processos - SEAUT:

MOVIMENTAÇÃO	REMESSAS / PROCESSOS
Conferência de remessas e-Protocolo (processo eletrônico)	1.547
Expedição de processos registrados	2.543
Expedição de processos em diligência à Origem	162
Autuação de processos	12.458
Retorno de processos em diligência	510



O Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC apresentou, no trimestre, a seguinte movimentação de processos:

ASSUNTO	PROCESSOS
Agravo	23
Análise de evolução patrimonial de agente público	02
Auditoria de Admissão	986
Auditoria Operacional	05
Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	85
Complementação de Pensão	03
Complementação de Proventos	347
Consulta	05
Contas de Gestão	2.022
Contas de Governo	833
Denúncia	37
Documentos para Tomada de Contas	30
Estágio Probatório	03
Embargos de Declaração	57
Inativação	11.827
Infração Administrativa	15
Inspeção Especial	133
Inspeção Extraordinária	43
Pedido de Revisão	33
Pensão	379
Prestação de Contas	01
Processo de Contas - Executivo	44
Processo de Contas - Outros	52
Processo de Outros Órgãos	26
Recurso de Embargos	226
Recurso de Reconsideração	43
Reforma	113
Representação do MPC	26
Retificação de Certidão	02
Revisão de Pensão	07
Revisão de Proventos	386
Sindicância Patrimonial	14



Termo de Cooperação	01
Tomada de Contas	07
Tomada de Contas Especial	36
Transferência para a Reserva	1.033
TOTAL DE PROCESSOS TRAMITADOS	18.885

O Setor de Cálculo e de Certidões - SECALC, vinculado ao SEADE, é responsável, entre outras atividades, pelo controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, tendo apresentado, no trimestre, os seguintes resultados:

Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	307
Averbações	1.189
Atualização de valores de multa e/ou débito antes da emissão da Certidão de Decisão - Título Executivo (nº de processos)	374